Democracia Socialista
EM TEMPO
Publicação da Democracia Socialista - Tendência do Partido dos Trabalhadores
Ano I - Nº 1 - Abril de 2004

Mudar a economia, mudar o país

Governo Lula. Balanço de 2003 mostra caráter anti-popular da política econômica.

Agência Estado

Bandeira de luta. A esperança do rompimento com o FMI em faixa estendida durante comício de 2002.

O balanço econômico de 2003 veio confirmar o caráter anti-popular das opções econômicas predominantes. Desemprego recorde, queda na renda dos trabalhadores, diminuição do consumo de bens e serviços populares e lucros imorais do capital financeiro. O desgaste se reflete em todo o governo e terá peso nas eleições municipais.

Frente a essa situação, o PT começa a retomar uma postura autônoma, essencial para os objetivos de mudança de curso da política econômica. Ela reforça e amplia a ressonância da posição da Democracia Socialista e de setores do PT que insistem na mudança do modelo econômico como condição para superar a desigualdade que conforma a sociedade brasileira.

Página 3

FSM. Mudanças para 2005 dependem de reorganização da metodologia desde já.

Muito trabalho na bagagem de Mumbai

A quarta edição do Fórum Social Mundial, realizada na Índia, confirmou uma necessidade já sentida em Porto Alegre 2003. O Fórum não deve ser apenas "reflexo" dos movimentos, um momento de dar visibilidade ao que está sendo feito e proposto, mas deve buscar ser uma "ferramenta" para que os movimentos possam construir sua intervenção no cenário político. E para isso, o FSM deve avançar em sua metodologia.

Página 8

Verena Glass/Agência Carta Maior

Entrevista. Raul Pont e a luta pelo quinto mandato do PT.

"Porto Alegre é marco internacional de esquerda"

Nas eleições municipais de outubro, o PT luta para alcançar um fato inédito: o quinto mandato consecutivo à frente da Prefeitura de Porto Alegre. Em entrevista exclusiva ao **Democracia Socialista**, Raul Pont, atual deputado estadual no Rio Grande do Sul, fala das referências petistas, como a democracia direta. "Nosso programa reivindica a herança desses 16 anos, esse acúmulo quanto à forma de governar", comenta. O candidato apresenta também as propostas para um novo mandato, como a de transformar Porto Alegre na capital da cidadania, medida objetivamente pelos índices dos serviços públicos.

Página 5

Arquivo pessoal

Reforma sindical

Proposta inclui organização por local de trabalho e muda imposto, mas não garante estabilidade

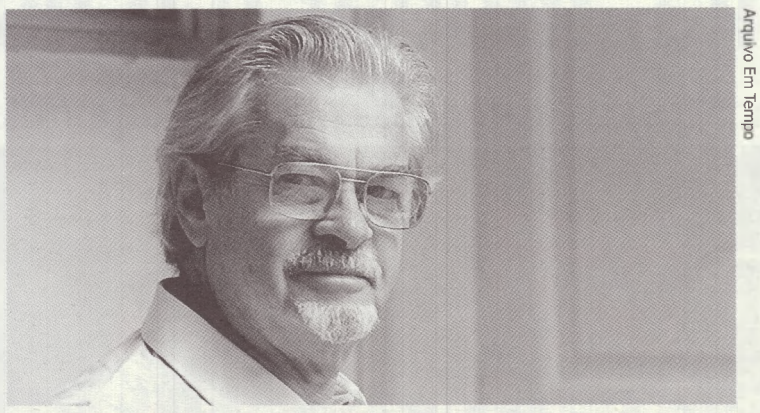
Página 6

Jornal Democracia Socialista

Número 1. Lançamento inaugura nova fase do Em Tempo.

O período político aberto com a derrota de FHC e eleição de Lula trouxe uma nova pauta para a esquerda brasileira. Para a Democracia Socialista isso significa mais do que enfrentar uma nova agenda política. Profundamente engajados na construção do Partido dos Trabalhadores, nós enfocamos os problemas da luta de classes de forma combinada com a perspectiva de manter o PT como um partido de massas, socialista e democrático. E estes desafios aumentaram e tornaram-se mais complexos com a conquista do governo central.

O **Democracia Socialista** é um jornal para este novo período. A mudança de nome, inscrevendo neste o nome da tendência, e, ao mesmo tempo, reivindicando a trajetória do **Em Tempo**, indicam renovação e continuidade de uma concepção programática no debate dos rumos do PT e do movimento social. Do mesmo modo, mantêm-se os laços com um enfoque internacionalista e com os avanços na consolidação do Fórum Social Mundial.



Arquivo Em Tempo

Esta edição é dedicada a Isaac Akcelrud, jornalista, colaborador do Em Tempo e militante da Democracia Socialista. Isaac faleceu em 1994, aos 80 anos.

O jornal começa com periodicidade mensal e 8 páginas. Com matérias que acompanham mais de perto a conjuntura brasileira e mundial, seu lançamento marca um período inicial que é também (re)aprendizado do fazer jornal, o que inclui a responsabilidade de manter sua periodicidade (superando uma das falhas do antigo **Em Tempo**).

Com estas características, o **Democracia Socialista** se dirige aos militantes do Partido dos Trabalhadores, o maior patrimônio político que o nosso partido dispõe. Com uma tiragem inicial de 10.000 exemplares, que esperamos fazer crescer – pelo esforço militante e pela identificação programática – ao longo do tempo, o jornal busca restabelecer um processo contínuo de debate, contribuindo para retomar uma das melhores tradições do PT: a sua pluralidade, o vigor do intercâmbio de idéias e proposições.

Nessa boa hora, relembramos o mestre na arte de fazer jornal de esquerda, nosso saudoso Isaac Akcelrud, jornalista, revolucionário. A ele dedicamos este número.

O PT, a luta pelo socialismo e o governo Lula

Mobilização. Articulação de Esquerda e Democracia Socialista organizam seminário.

O governo Lula é uma experiência inédita na história brasileira: pela primeira vez, um presidente de origem operária, candidato de um partido de esquerda, vence as eleições presidenciais em nosso país.

Para chegar ao governo, entretanto, os principais partidos da esquerda brasileira optaram por um caminho bastante conhecido, aqui e fora do país: o rebaixamento programático, uma ampla política de alianças e uma estratégia de centro-esquerda. Como resultante, a política econômica do governo não enfrenta a hegemonia do capital financeiro sobre a economia nacional, o que condiciona e limita a execução de nosso programa em diferentes áreas, além de agravar a situação social e ampliar o desemprego.

Diante deste quadro, amplos setores da esquerda brasileira, inclusive grande parte da direção do PT, defendem mudanças imediatas e profundas na política econômica. Exemplo claro é a nota aprovada consensualmente pela Executiva Nacional do PT, no dia 5 de março.

Sebastião Salgado

Mudar o rumo

A luta pela mudança na política econômica é parte de uma batalha mais geral, pela mudança dos rumos do partido e do governo. A busca vai no sentido de harmonizá-los com os objetivos socialistas que levaram o Partido dos Trabalhadores a se tornar, nos últimos 20 anos, uma das maiores expressões da esquerda mundial.

Esta mudança mais ampla exigirá dos socialistas que atuam no PT três grandes desafios. Uma atualização do nosso programa e de nossa estratégia, a unidade de ação (nos governos, nos parlamentos, nos movimentos e no partido) da esquerda petista, em diálogo com todos aqueles que se colocam essas preocupações, e a ampliação de nossas fileiras, compensando as perdas que sofremos com a saída daqueles que desistiram da disputa do PT.

A Articulação de Esquerda e a Democracia Socialista – duas das muitas tendências da esquerda petista – decidiram dar alguns passos concretos neste sentido. O primeiro será a realização de um seminário nacional sobre "O PT, a luta pelo socialismo e o governo Lula". Entre os temas que serão debatidos estão: a luta pelo socialismo - programa e estratégia, situação internacional e nossa política, conjuntura nacional, a ação dos movimentos sociais e a disputa pelos rumos do Partido dos Trabalhadores.

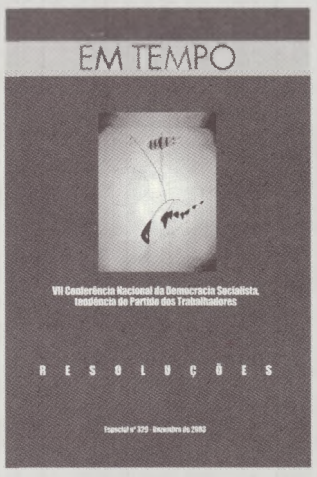
O evento, organizado em conjunto pelas duas tendências, pretende debater os desafios enfrentados pela esquerda brasileira, especialmente desde 2002. Acima de tudo, uma contribuição para a batalha travada pela mudança dos rumos do partido e do governo.

EM TEMPO Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores.

Equipe editorial:
Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho
Editor:
Carlos Henrique Árabe
Editor assistente:
João Brant
Projeto gráfico e diagramação:
Caco Bisol
Jornalista Responsável:
João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP
Fechamento: 18 de março

Conferência Nacional



Já está disponível o caderno com as resoluções da VII Conferência Nacional da Democracia Socialista. Para adquirir o seu, entre em contato conosco.

21 de março

O Dia Internacional contra a Discriminação Racial reafirmou a importância dessa luta. O racismo, ainda tão real e palpável, precisa ser reconhecido para ser combatido. Central de Movimentos Populares, movimentos negros e de lutas dos povos indígenas divulgaram manifesto defendendo reparações por meio de políticas públicas.

Mais datas de março

No dia 20, manifestações em todo o mundo lembraram 1 ano da invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

O dia 31 marcou, com tristeza, os 40 anos do golpe militar.

Assinaturas

Receba todo mês o seu Democracia Socialista em casa, e aproveite para contribuir com a tendência. Preencha a ficha abaixo e envie junto com cheque nominal para a
Edições ET Ltda.
Rua Albuquerque Lins, 633
Sta. Cecília - São Paulo/SP
CEP 01230-001
Fone (11) 3667-3476
Fax (11) 3666-5550
emtemposp@uol.com.br

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É: ☐ APOIO: 50,00 ☐ NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO: CEP: CIDADE: UF:

FONE: E-MAIL:

É preciso mudar

Governo Lula. Economia do desemprego é a raiz da crise.

A continuidade da política econômica é incompatível com um projeto de nação democrática e soberana. Essa compreensão geral marca a atualidade e a dramaticidade do principal problema do país e do governo.

A experiência do primeiro ano do governo Lula foi decisiva para chegar ao ponto atual de grande isolamento político e social e de perda de legitimidade da política econômica em vigor. Ela cada vez mais é vista como o que de fato é: a política do capital financeiro. Praticamente todos os outros setores sociais se opõem a ela.

Seus danos são distribuídos para a ampla maioria da população, e são reconhecíveis por toda parte: desemprego, queda do PIB, arrocho nos gastos públicos e impedimento às políticas públicas. Como conseqüência, desenvolve-se uma crise de governo, no sentido de que este não pode encaminhar o conjunto dos seus projetos e seu programa. Seus ganhos são restritos – ganha a minoria da minoria – e igualmente identificáveis, como nos fabulosos lucros dos bancos.

Agência Estado

Inversão. Enquanto PSDB elogia Palocci, PT quer mudanças.

Política econômica é defendida pelos tucanos

O PT aprovou declaração política por consenso no dia 5 de março defendendo "mudanças na política econômica necessárias à implantação e consolidação de todos os nossos programas sociais, econômicos e administrativos e de desenvolvimento".

Para o presidente da CNBB, dom Geraldo Majella Agnelo, o país precisa de uma "mudança radical" nos rumos de sua economia. "A política econômica precisa atender, prioritariamente, aos problemas sociais do Brasil", disse ele em declaração à *Folha on Line*.

Enquanto isso, o PSDB defende a condução de Palocci. Segundo a *Veja on Line*, "enquanto a base aliada (do Governo Lula) defende mudanças em sua política econômica, criticada por sete dos oito principais partidos governistas, alguns dos principais representantes da oposição ao Planalto saem em defesa do principal responsável pelos rumos da economia (...). O senador Tasso Jereissati, que elogiou Palocci na tribuna nesta quarta-feira (...) disse que o PSDB se comprometeu de maneira 'firme' com a estabilidade política e econômica do país (...)".

Desgaste

O desgaste desta política se reflete em todo o governo e terá peso no primeiro teste de massas a ser enfrentado, as eleições municipais. A condução da política econômica exerce um forte efeito condicionador sobre o conjunto da atividade do governo. E justamente aí o PT fez concessões fundamentais.

Postos-chave da gestão macroeconômica, como a direção do Banco Central e do Tesouro, foram entregues a políticos e técnicos estreitamente vinculados à tradição da equipe de Malan e aos interesses do capital financeiro. Ao contrário de outras áreas estratégicas de governo, não se construiu um equilíbrio aproximado às posições históricas do PT. Mais do que isso, o Ministro da Fazenda, apesar de petista, passou a estabelecer publicamente a defesa veemente e incondicionada dos marcos de gestão de Malan no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

O debate público mais intenso do primeiro ano do governo Lula foi provocado pela continuidade – e até aprofundamento – de diretrizes herdadas da gestão anterior. Buscou-se legitimar essa continuidade como a única posição realista do governo. Contudo, passados os momentos mais agudos de iminência de uma crise cambial e ameaça de descontrole inflacionário, a sua manutenção foi se revelando cada vez mais ilegítima e mais desmoralizada em seus preceitos dogmáticos (e não confirmados).

Resultados negativos

Ao longo de 2003 vieram se agravando as contradições públicas incontornáveis entre as opções predominantes no Ministério da Fazenda e a base histórica do governo Lula, provocando desde agosto queda permanente de sua popularidade, críticas e mal estar no seio do PT e de partidos aliados. Dentro do próprio governo foram generalizando-se e tornando-se públicas as divergências e conflitos com a lógica da gestão econômica do país.

A divulgação do balanço econômico de 2003 veio confirmar o caráter anti-popular das opções econômicas predominantes. Desemprego recorde, quedas drásticas da renda dos trabalhadores, diminuição do consumo de bens e serviços populares e lucros imorais do capital financeiro e dos grandes detentores de capital.

A denúncia envolvendo o ex-assessor do Ministro José Dirceu não pode ser avaliada fora deste contexto. Isso fica claro se considerarmos a oportunidade, a ampliação desmesurada e a forma como foi apropriada pelos que defendem programaticamente a continuidade da política econômica em vigor. É certo que o fato não pode, de modo algum, ser banalizado; ele indica que há um déficit real e simbólico do governo Lula no combate à corrupção sistêmica.

O acontecimento demanda uma agenda consistente, de curto e médio prazo, que reafirme a identidade do PT e do governo com uma ética republicana. Todavia, transformar este episódio no centro político da agenda do país é claramente artificial, atendendo aos que querem enfraquecer o governo e manter a atual política econômica.

Urgência na mudança

A manutenção ou mudança da política econômica passa a depender do resultado de embates sucessivos em desenvolvimento na sociedade, que tendem a recrudescer no atual período. As forças do capital financeiro permanecem alertas. Incluem-se entre elas instituições centrais, como o FMI e seus programas de ajustes, seus porta-vozes no governo, na oposição liberal, nos meios de comunicação e sua capacidade de ação destrutiva (com suas crises de fuga de capital).

Há uma pluralidade de forças sociais que propõem mudar essa realidade. A expressão mais coerente de um projeto de mudança da política econômica (e do modelo que lhe impõe) foi organizada pelo PT no seu XII Encontro Nacional, em 2001. Um conjunto de debates na esquerda brasileira (PT, PC do B, círculos intelectuais, etc) vem contribuindo para atualizar aquela plataforma.

A Coordenação dos Movimentos Sociais vem colocando em marcha mobilizações importantes em torno a um conjunto de lutas pelo direito ao trabalho e que tem como contrapartida a mudança na política econômica. O posicionamento pela Executiva Nacional do PT pela necessidade de mudar a política econômica deu o caráter correto de urgência e de centralidade a essa questão.

Fiel à sua história

O PT começa a retomar uma postura autônoma do partido, essencial para os objetivos de mudança de curso da política econômica. Ela reforça e amplia a ressonância da posição da Democracia Socialista e de setores partidários que insistem na mudança do modelo econômico como condição para superar a desigualdade que conforma a sociedade brasileira.

Através da combinação da pressão pública, da mobilização social e da fidelidade aos valores históricos do PT, é possível derrotar a política do capital financeiro. Foi através da combinação destas três dimensões que foi viável, por exemplo, aprovar o novo Plano Nacional de Reforma Agrária, manter a política externa soberana, evitar os cortes de verbas na saúde e derrotar a primeira versão da lei dos transgênicos.

A mobilização pública agora cumpre o papel imprescindível de consolidar uma maioria na sociedade para defender ativamente uma política econômica de desenvolvimento, emprego e distribuição de renda. Essa mudança é essencial para que o governo Lula amplie o seu espaço de decisões em benefício do povo e em detrimento dos capitais financeiros. O governo tem legitimidade internacional e base política e social para tomar as medidas necessárias e urgentes que a sociedade reclama.

Entre dois modelos de desenvolvimento

Agrodisputas. Definições no campo opõem agricultura familiar e agronegócio.

Caio Galvão

A busca por alternativas para o modelo de desenvolvimento brasileiro passa pela definição de um novo padrão também para o meio rural. Modelos distintos de produção e de distribuição de terras conduzem a diferentes resultados. O próprio governo já se mostrou internamente dividido na orientação de políticas públicas. O debate, no entanto, revela que ainda há muitas visões mitificadas.

A suposta inviabilidade econômica da agricultura familiar é um desses mitos. Este universo é hoje responsável pela maior parte da produção dos alimentos que compõem a cesta básica do brasileiro. O modelo familiar responde por 77% dos postos de trabalho no campo e tem participação expressiva na cadeia produtiva de importantes produtos de exportação, como leite e frango. Tudo isso sem assistência técnica, com um acesso ao crédito inferior ao seu peso na produção e sem um sistema de inovação tecnológica adequado às suas características.

Para além dessa importância econômica, a agricultura familiar contribui para um padrão mais equilibrado de ocupação do território, do ponto de vista espacial e ambiental. Isso também se observa nos assentamentos de reforma agrária. Pesquisas mostram que os assentamentos resultam em melhoria das condições de vida da população beneficiária e produzem importantes impactos sobre a região, diversificando a produção e dinamizando a atividade econômica.

Modernização conservadora

Os que alegam a inviabilidade desse modelo o fazem de forma indireta, defendendo as conquistas da modernização conservadora da agricultura brasileira. Em geral, põem em destaque os ganhos de produtividade e competitividade, mas desconsideram outros de seus efeitos bastante conhecidos.

A concentração da propriedade é o mais imediato deles. Outra distorção é a injeção de subsídios expressivos – na forma de crédito e pesquisa – para consolidar de um modelo tecnológico intensivo na utilização de insumos, cada vez menos demandante de força de trabalho.

Ocultando os efeitos sociais e ambientais, os arautos do agronegócio sustentam seu discurso numa suposta dualidade. De um lado estaria o setor "moderno", "que produz", a agricultura patronal rebatizada, com seus expressivos resultados comerciais e sua independência do Estado. De outro, o campo dos conflitos, das ocupações com motivações políticas, da agricultura familiar, que para sobreviver precisaria ser objeto de políticas sociais.

A criminalização dos movimentos sociais do campo durante o governo FHC e a associação do agronegócio com a estabilidade econômica, por meio de sua contribuição para o saldo comercial, reforçaram esta caracterização, que mais oculta do que desvela. Até porque a dinâmica que impulsiona essa capacidade exportadora é a mesma que produz e reproduz a desigualdade no meio rural brasileiro.

Em disputa

Duas questões objetivas concretizam essa disputa de modelos. O primeiro é o debate sobre as redefinições no comércio internacional. Para o Ministério da Agricultura e a Confederação Nacional da Agricultura, a prioridade é a ampliação do acesso a mercados de exportações, o que justificaria concessões brasileiras na negociação em outras áreas, como compras governamentais e propriedade intelectual. Eles consideram o aumento do comércio como condição para o desenvolvimento.

Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao lado do Itamaraty, vem defendendo a visão oposta. As definições sobre comércio é que devem estar subordinadas a um projeto de desenvolvimento. Mantém-se a demanda pela ampliação do acesso a mercados, mas ganha peso a necessidade do país preservar sua capacidade de implementar políticas internas.

A segunda polêmica refere-se à lei de biossegurança, cujo principal debate público é sobre a liberação da soja transgênica. A polaridade se repete. De um lado, os que sustentam a liberalização, que "proporcionaria vantagens comparativas ao Brasil e uma ampliação de nossas exportações". Do outro, os que defendem o princípio da precaução e do risco da dependência que os agricultores passariam a ter das indústrias químicas, hoje proprietárias das indústrias de sementes.

Defensores dessa vertente, os pequenos agricultores e os sem-terra conquistaram boas perspectivas a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária (ver texto acima). As alianças sociais galvanizadas no processo de construção do Plano fortalecem o campo político que defende esse modelo. Do outro lado, as crises econômica, urbana e ambiental revelam os limites do atual padrão de acumulação.

Assim, fica claro que a questão agrária deve integrar a agenda econômica, como condição estruturante de alternativas sintonizadas com um projeto democrático e popular. A reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar são condição não apenas para um novo padrão de desenvolvimento rural, mas para restabelecer novas bases de um projeto de nação.

Caio Galvão é coordenador do Núcleo de Estudos Agrários de Desenvolvimento Rural (NEAD).

Arquivo MST

De mãos cheias. Pequenos agricultores mostram resultado da produção de tomates em assentamento de Sumaré (SP).

Plano promove avanço na reforma agrária

Conquista. Processo de elaboração reuniu governo e movimentos sociais.

A definição do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) representou uma importante vitória política para os que defendem o modelo democratizante. Após um período de isolamento político e de resistência, a reforma agrária retomou um lugar na agenda positiva. Ela se destaca por suas potencialidades na geração de emprego e renda, na democratização da estrutura fundiária e no impulso a um novo modelo agrícola.

O Plano conjuga massividade com qualidade, fruto do esforço do governo – baseado no Programa do PT – e da energia social constante dos movimentos. Sua apresentação na Conferência Nacional da Terra, iniciativa inédita de unidade camponesa no Brasil, revela a natureza do compromisso assumido e importância da base social para garantir sua efetivação.

A amplitude do PNRA se expressa, particularmente, pela meta de assentar 530.000 famílias durante o governo Lula, o que representa um número maior do que foi assentado de 1985 a 2002. Os assentamentos passam a ser fruto de uma política pública, que reconhece a legitimidade da demanda social, mas que não transfere responsabilidades. Eles serão planejados a partir de um projeto produtivo e de integração econômica, fruto do diálogo com os movimentos.

Reconhece-se no Plano a diversidade regional, de biomas, os direitos das comunidades rurais tradicionais, dos pequenos posseiros e a necessidade de superação da desigualdade social entre homens e mulheres, pela integração de diferentes instrumentos e políticas.

O PNRA se desdobra em medidas concretas. Duas delas são a mudança nas normas internas para agilizar o processo de obtenção de terras e a liberação dos recursos para os estados nos primeiros meses do ano – um fato inédito. Além disso, estão sendo recuperados cargos do Incra perdidos em 2003 e foi aberto um concurso para contratação de novos técnicos. Esses fatos indicam um novo ritmo de implementação da reforma agrária.

Entrevista Raul Pont

Em busca do penta

Nas eleições municipais de outubro, Raul Pont tenta um fato inédito para o PT: alcançar o quinto mandato consecutivo do partido à frente da Prefeitura de Porto Alegre. Nessa entrevista ao **Democracia Socialista,** ele fala sobre o cenário das eleições municipais, a influência dos governos estadual e federal na campanha e comenta as propostas para um novo mandato.

Arquivo pessoal

Qual é o cenário para as eleições deste ano em Porto Alegre?

Estamos no quarto mandato consecutivo da Frente Popular, que tem conseguido uma experiência exitosa ao longo desses 16 anos. No entanto, o processo eleitoral não é decidido apenas com elemento de governo positivo, que dá ênfase à participação popular e é capaz de levar adiante obras e serviços de maneira democrática e transparente. Há um conjunto de outras variáveis.

As eleições de 2002 são um exemplo. O governo Olívio Dutra conseguiu realizar um trabalho importante de extensão de serviços e obras, de inversão de prioridades no Estado e de democratização. No entanto, isso não foi suficiente para que a Frente Popular conseguisse manter um segundo mandato.

> "Porto Alegre se transformou num marco internacional de esquerda"

Você acha que os governos estadual e federal vão influenciar a eleição municipal?

Há hoje em Porto Alegre o reconhecimento da experiência positiva do PT na administração. Mas mantém-se, mesmo que parcialmente, a disputa polarizada aqui do Rio Grande. Não será igual a 2002, porque o campo oposicionista no município, que em sua maioria está sustentando o governo Rigotto, não irá se apresentar no primeiro turno como um bloco unificado. O grande número de candidaturas vai dar espaço a um diálogo maior com a sociedade, possibilitando comparações com o governo estadual e com outros municípios governados pelos partidos que são oposição em Porto Alegre.

A novidade, neste momento, é enfrentarmos uma eleição municipal tendo que fazer a defesa das ações do governo federal, o que será uma responsabilidade. Mas confiamos que esta campanha terá uma marca municipalista diante do quadro de apoio ao governo Lula, pois esses partidos terão dificuldade em ter uma posição mais dura sobre o nosso governo, sendo defensores ou aliados em Brasília.

Você considera que as eleições de Porto Alegre têm uma importância estratégica para o PT?

Depois de quatro mandatos consecutivos, das políticas públicas implantadas e, principalmente, das três primeiras edições do Fórum Social Mundial, Porto Alegre se transformou num marco internacional de novas práticas administrativas, com forte cunho de esquerda. É a cidade da participação popular, da democracia participativa, do orçamento decidido pela população.

A eleição de Lula para a Presidência faz de Porto Alegre uma vitrine, por seus indicadores de saúde, habitação, e de assistência social, alguns dos mais avançados e importantes do país. Isso nos transforma numa obrigatória referência do que o PT faz quando é governo.

Quais as principais propostas para um novo mandato?

O primeiro eixo do nosso programa é reivindicar a herança desses 16 anos, esse acúmulo quanto à forma de governar. A democracia direta é uma referência petista, especialmente em Porto Alegre.

O segundo eixo é o aprofundamento dos espaços de participação popular. Temos planos diretores de meio ambiente, de saneamento, de ocupação do solo, que são os grandes vetores para os nossos planos plurianuais, para as nossas diretrizes orçamentárias.

Temos que fugir da armadilha dos que dizem que o PT é bom, mas que é preciso mudar. Isso é uma falácia, que procura explorar o sentimento de renovação das pessoas. Com base no que realizamos, o PT precisa se mostrar com capacidade de superação, para dar um salto ainda maior de qualidade.

A proposta é fazer de Porto Alegre a Capital da Cidadania, medida objetivamente pelos índices dos serviços públicos, para que se possa estabelecer metas confiáveis na direção de um crescimento harmonioso, autosustentável, com a população executando as políticas que ela mesma constrói.

Governo Lula conclui sua primeira privatização

Déjà vu. Venda de banco maranhense marca retomada do processo iniciado por FHC.

João Alfredo

O ano de 2003 trouxe vitórias importantes para os que lutam do lado dos trabalhadores. Exemplos disso são a aprovação da medida provisória do setor elétrico, que devolveu ao Estado a capacidade estratégica de dirigir as políticas, a aprovação do projeto de Lei da Biossegurança, o Programa Nacional de Florestas, e a desapropriação de 31 imóveis, assegurando terra para mais de três mil famílias em 15 estados brasileiros.

Entretanto, no dia 10 de fevereiro – aniversário de 24 anos do PT –, realizou-se a primeira privatização deste governo: o Bradesco adquiriu o Banco do Estado do Maranhão (BEM) por R$ 78 milhões, reiniciando o processo de venda de bancos estaduais federalizados deflagrado no governo FHC. Os próximos alvos, já anunciados pelo Banco Central, são os bancos estaduais do Ceará, Piauí e Santa Catarina.

Esse é o lado do governo que nos angustia: a área econômica, que não rompeu com a ideologia nem com as ações da época de FHC. Não se justifica que o governo Lula ao mesmo tempo recupere a capacidade de intervenção do Estado na economia, com medidas como a MP do setor elétrico e a retomada de concursos para o serviço público, e siga com esse programa de privatização, mantendo no BC uma diretoria de desestatização.

As tais privatizações são injustificáveis. Do ponto de vista da dívida pública, o apurado na venda do BEM abate apenas 0,008% de seu valor total (R$ 965,8 bilhões, em dezembro), uma insignificância gritante. Mais uma concessão ao mercado financeiro em troca de economia de palitos.

Dinheiro no ralo

As privatizações foram iniciadas em 1998, por meio do programa que federalizou os bancos estaduais para posterior venda à iniciativa privada, extinção ou transformação em agências de fomentos. Como incentivo, foram oferecidas aos governos estaduais linhas de financiamento para pagamento em 30 anos e juros baixos.

Mas os exemplos mostram que a operação não valia a pena. No Rio de Janeiro e em São Paulo, o governo federal investiu muito mais do que o retorno obtido com a venda. O Banerj foi vendido por R$ 311,1 milhões, enquanto foram gastos R$ 3 bilhões apenas com questões trabalhistas, para saneá-lo. No Banespa, foram investidos R$ 24,4 bilhões, apurando-se apenas R$ 7,05 bilhões na venda ao banco espanhol Santander.

Uma pergunta permanece: por que sanear a instituição para depois vendê-la sem sequer recuperar os recursos investidos? Muitos estados adotaram outra opção. O Distrito Federal manteve a instituição sob tutela do governo distrital. O Rio Grande do Sul saneou o banco estadual e transformou a Caixa Econômica Estadual em agência de fomento. Espírito Santo, Pará, Sergipe, Minas e Bahia seguiram o mesmo caminho.

Outros rumos

Alternativas não faltam. O Banco do Estado do Maranhão poderia ter sido incorporado ao Banco do Nordeste ou ao Banco da Amazônia. No caso do Banco do Estado do Ceará, com o programa, a instituição foi saneada e teve seu patrimônio líquido mudado de negativo para positivo. Hoje, ele não só é lucrativo como figura entre os mais rentáveis do País. Não faz sentido, portanto, o governo se desfazer dele.

A retomada do processo de privatização dos bancos públicos estaduais federalizados contraria tudo o que o PT pregou nos últimos 24 anos. É um fomento à luta, dentro do Partido, pela mudança na orientação da política econômica do governo e a retomada dos princípios que sempre nortearam a trajetória do Partido dos Trabalhadores.

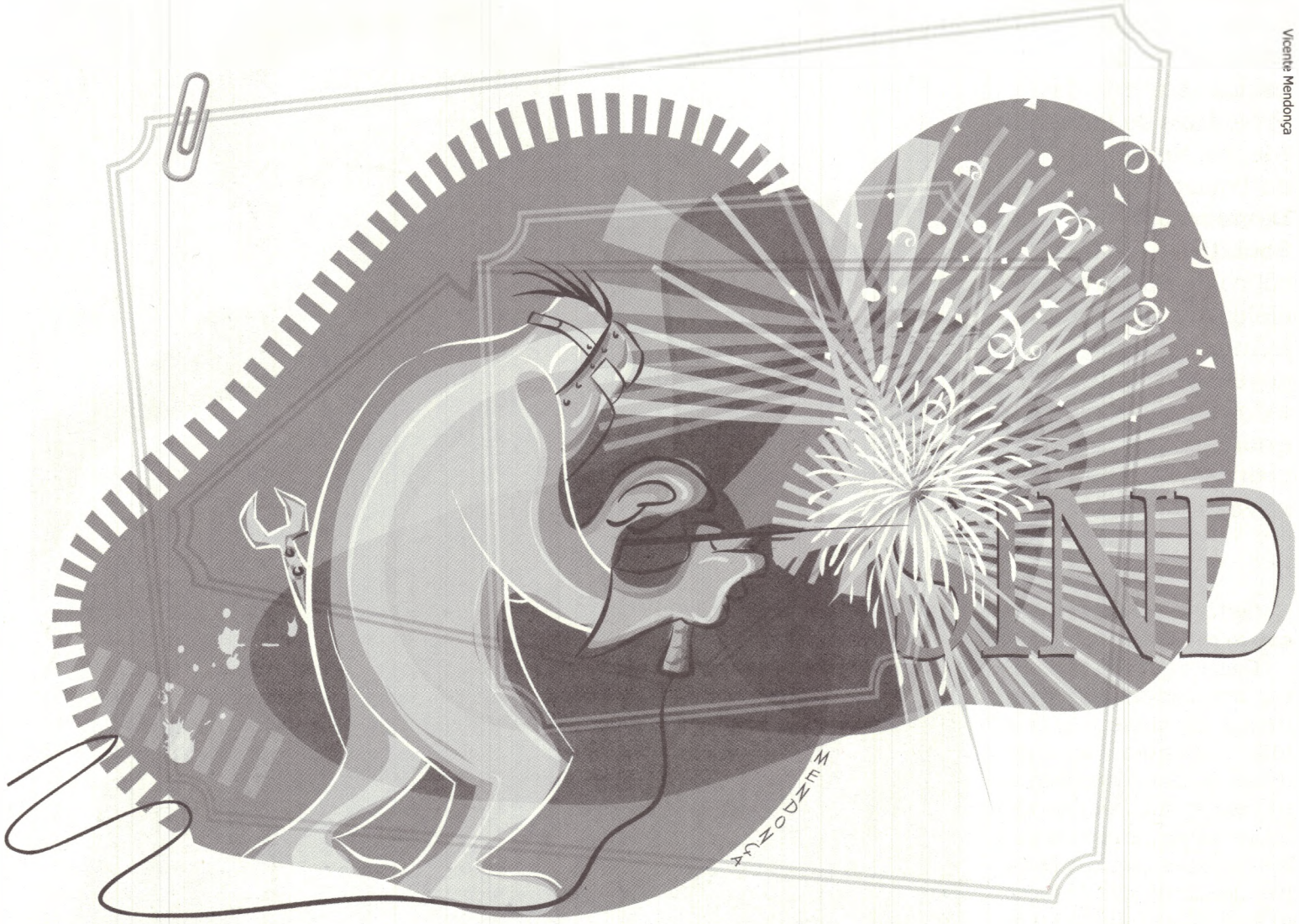
João Alfredo é deputado federal (PT-CE)

Avanços na primeira etapa

Reforma sindical. Proposta legaliza a organização por local de trabalho e muda imposto.

A comissão de sistematização da reforma sindical no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) concluiu seu relatório nesse mês de março. O Fórum foi criado como uma instância de negociação para as reformas sindical e trabalhista, e tem composição paritária entre governo, empresários e trabalhadores. Instalado no segundo semestre de 2003, até aqui o FNT tratou apenas da reforma sindical. A trabalhista só entra na pauta nos próximos meses.

Os resultados obtidos refletem, em parte, os princípios historicamente defendidos pela Central Única dos Trabalhadores. São garantidas a liberdade e a autonomia dos trabalhadores, sem a intromissão do Estado. É o previsto na Convenção 87 da OIT, cuja ratificação é defendida pela CUT. Ainda assim, a proposta não avança em questões importantes, como a estabilidade dos dirigentes sindicais e o impedimento a demissões imotivadas.



Vicente Mendonça

Base mais sólida

O debate sobre a estruturação sindical dos trabalhadores em todos os níveis (local de trabalho, sindicato, federações, confederações e centrais sindicais) tem sido tratado diretamente entre os representantes do trabalho e do governo, sem a participação do empresariado. Nesse tema, uma conquista importante, já tida como consenso, é a organização a partir do local de trabalho.

Para definir a forma dessa organização, no entanto, há divergência entre trabalhadores e empresários. Rosane da Silva, dirigente da CUT, defende que a organização local ocorra unicamente vinculada ao sindicato, que organizaria a eleição e faria as negociações. Já os empresários querem transformar essa modalidade num sindicato por empresa. "Isso fatalmente enfraqueceria os trabalhadores", afirma Rosane. A polêmica pode gerar impasse. Não havendo consenso, o regimento do FNT prevê que a posição do governo prevalece.

Outra modificação já acertada é a definição de sindicato por ramo de atividade, não mais por categoria. Não haverá, por exemplo, um sindicato de médicos e outro de enfermeiros, mas apenas o dos trabalhadores da Saúde. Prevê-se que assim as entidades terão maior poder de negociação.

Fim de polêmicas antigas

O sindicato único deixa de existir por imposição do Estado. Os trabalhadores poderão decidir, em assembléia, se optam por apenas um sindicato ou pela coexistência de diversas entidades. Optando-se pela exclusividade, o sindicato tem de garantir regras democráticas de gestão e eleição. No caso da não-exclusividade, é preciso a filiação de um mínimo de 20% da base para que um sindicato tenha reconhecimento comprovado. O objetivo é não haver esfacelamento da base dos trabalhadores. Num possível quadro de pluralidade, o poder de negociação passa a ser do sindicato mais representativo. A reforma reforça também o papel das Centrais, que ganham poder de representação formal.

O esperado fim do imposto sindical acontecerá após 3 anos de transição. Caem também as taxas compulsórias, que serão substituídas por uma taxa negocial, decidida em assembléia de base. Seu valor máximo será 1% do rendimento líquido anual do trabalhador. Desse montante, 70% irá para o sindicato de base. Para os que optarem pela filiação, mantém-se a mensalidade sindical, com a obrigação de desconto em folha pela empresa.

Negociação em novas bases

A proposta do FNT acaba com a data-base. Trabalhadores ou empresários poderão chamar negociação coletiva a qualquer momento, sendo a aceitação da negociação obrigatória pela outra parte. Em caso de impasse, aumenta a agilidade na decisão. "Hoje em dia, se não há acordo, entra-se com dissídio coletivo na Justiça do Trabalho", explica Rosane. "Aprovada a reforma, as partes poderão acionar um árbitro público ou privado, decidido em comum acordo", completa. A Justiça do Trabalho só será acionada no caso de não haver acerto sobre quem deva ser o árbitro, mas agora com um prazo máximo de 10 dias para se manifestar.

O texto negociado mantém o direito de greve, respeitada a obrigatoriedade de se manter atividade mínima nos serviços essenciais já estabelecidos em lei (saneamento, saúde, transporte coletivo etc.). Para as definições sobre o serviço público, será aberta uma mesa específica, com a participação de representantes de funcionários do setor. Ali serão decididas todas as especificidades do funcionalismo federal, estadual e municipal, que deverão seguir os princípios aprovados no Fórum Nacional do Trabalho.

Apenas um bom começo

A reforma sindical que se apresenta não é panacéia para todas as questões que o sindicalismo enfrenta hoje. Não houve discussões, por exemplo, sobre a situação dos informais, terceirizados e desempregados. Definições sobre o tamanho das direções e garantias de estabilidade para os sindicalistas também ficaram de fora.

O governo promete a transformação da proposta do FNT em projeto de lei para meados de abril. A partir daí começa a verdadeira batalha. A aprovação da reforma dependerá da capacidade de organização dos trabalhadores.

Na luta. Movimentos sociais querem massificar campanha até 1º de maio.

CMS prepara mobilização por emprego

A plenária da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizada em fevereiro preparou o plano nacional de mobilização para a campanha pelo emprego. Como elemento central da campanha está a reivindicação de mudança da atual política econômica.

O planejamento definiu organizar grandes plenárias estaduais até 20 de março, e até fim de abril mutirões por local de moradia e trabalho, a fim de massificar o debate. A meta é que na última semana de abril se organizem várias atividades culminando com grandes mobilizações no primeiro de maio.

Como resultado do encontro de fevereiro foi lançada a Carta de São Paulo, que destaca a estagnação da economia, a queda no nível de renda do trabalhador, o aumento do desemprego e a crescente precarização do trabalho. A CMS credita esses fatos à herança de FHC e à manutenção de uma política econômica conservadora pelo Ministério da Fazenda e Banco Central. "Em 2003, cerca de 70 bilhões de reais foram economizados na forma de superávit fiscal primário para honrar o serviço da dívida", sublinha a Coordenação.

A campanha pelo emprego é apresentada como resultado das bandeiras históricas e imediatas do movimento social brasileiro, entre elas a reforma agrária, a rejeição à Alca e o rompimento com o FMI. A CMS destaca ainda a necessidade de "não economizar os impostos pagos pela população para o serviço da dívida, mas destinar estes recursos a investimentos que gerem crescimento, emprego, distribuição de renda e valorização do serviço público, recuperando a capacidade do Estado de garantir os direitos sociais universais".

Origens e destinos de um dia de luta

8 de março. Movimento de mulheres ganha novos lemas e cores ao longo de sua história.

Nalu Faria

A escolha do 8 de março como Dia Internacional da Mulher tem sido atribuída nas últimas décadas a um episódio de 1857. Nos Estados Unidos, mulheres em greve por melhores condições de trabalho teriam sido incendiadas por seus patrões dentro da fábrica nesse dia. No entanto, pesquisas recentes concluíram que o tal episódio nunca existiu. Um estudo canadense mostrou que a proposta da alemã Clara Zetkin de tornar a data internacional, feita em 1910, tomou como exemplo a luta das mulheres norte-americanas.

Os Estados Unidos já comemoravam o 8 de março desde 1908, fruto de longas jornadas de lutas que ocorriam desde o final do século XIX. Dois anos depois, durante a Conferência de Mulheres Socialistas, Clara propôs que a data celebrada pelas norte-americanas se tornasse "uma jornada especial, uma comemoração anual de mulheres". Para ela, o tema principal da jornada deveria ser a conquista do voto feminino. Entre 1911 e 1914, variaram os países e as datas em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher. Entretanto, com o início da I Guerra Mundial, a comemoração perdeu força e passou para segundo plano.

Em 1917, ainda com a guerra em curso, o dia 8 de março se transformaria num marco importante na Rússia. Nesse dia (23 de fevereiro no calendário local), a mobilização das mulheres deu início às ações revolucionárias, que chegariam ao ápice em outubro. Mas foi somente em 1922 que o Dia Internacional da Mulher passou a ser celebrado oficialmente nesta data. A partir de 1930, todavia, houve uma desmobilização do movimento de mulheres, por razões pouco estudadas. O fato pode ser atribuído à prioridade que teria sido dada à luta contra a guerra e à resistência ao nazismo ou mesmo à crise do movimento socialista a partir do stalinismo.

Neide Yamaguchi

Estandartes e baluartes. Passeata de mulheres atravessa o viaduto do Chá, na manifestação em São Paulo.

Ressurgimento em novo tom

A chamada segunda onda do feminismo, iniciada nos anos 60, surgiu em um ambiente de forte contestação ao sistema capitalista e aos valores tradicionais. Com ela, veio a crítica à verticalização e hierarquia da esquerda stalinista, sobretudo às experiências partidárias e sindicais. Estava criado o ambiente propício para novas formas de organização.

Surgiam nessa época a "Nova Esquerda" e os "novos movimentos sociais", com destaque para o movimento de mulheres. Em resposta ao autoritarismo, elas propunham formas de organização baseadas na horizontalidade, contra as estruturas de direção. O novo enfoque do feminismo trazia a negação das representações, afirmando que cada uma deveria falar por si, e a autonomia do movimento passou a ser uma das principais reivindicações. Anos depois, essas questões seriam alvo de novos debates e redefinições.

Foi neste contexto que o movimento criou suas consignas, seus símbolos e em muitos países começou a usar a cor lilás, que significava a soma do azul e do rosa, expressando o desejo de construção de um novo homem e uma nova mulher. Buscava-se escapar dos estereótipos de masculino e feminino e do que isso significava em termos de opressão e desigualdade. Esse processo foi fundamental para a afirmação das mulheres como sujeitos políticos e para o enfrentamento das teorias e práticas vigentes.

Um feminismo anticapitalista

Nos anos 90, o movimento de mulheres, em particular na América Latina, foi marcado por um processo de institucionalização e diminuição de uma visão crítica global, em que os setores mais radicais acabaram isolados. Com o início da Marcha Mundial das Mulheres, a situação se alterou e um amplo setor das participantes passou a defender que as consignas do movimento antiglobalização também estivessem presentes. Assim, nos últimos anos, ganhou espaço a crítica ao neoliberalismo, expressa na rejeição à Alca e aos transgênicos e na exigência de moratória e auditoria da dívida externa.

Essa visão militante tem feito com que novos setores participem do 8 de março, marcado como Dia Internacional da Luta das Mulheres. A partir do lema "A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadoria", expressa-se o questionamento ao livre comércio e a suas imposições sobre as mulheres. A pauta proposta critica a mercantilização, a propaganda sexista e as imposições de padrão de beleza. E afirma o direito à autonomia, a decidir sobre nossos corpos, nossas vidas, nosso país.

No Brasil

8 de março continua a ser a data de maior referência para o conjunto do movimento de mulheres no Brasil, assim como em muitos outros países. Em alguns setores, estão mais presentes as lutas, denúncias e reivindicações; em outros, a homenagem. O dia pauta novas lutas, celebra as vitórias conquistadas e o próprio fato de que, a cada ano, cresce a autoorganização das mulheres.

A amplitude do movimento também tem crescido. A participação de jovens aumentou, garantindo uma renovação que se expressa na busca de novas formas de mobilização e em ações diretas. Novos símbolos adquirem novos sentidos conforme os processos de luta. O uso do lilás, por exemplo, ganhou um significado combativo, ao buscar a expressão da força das mulheres desde seu movimento específico autônomo. O debate sobre a origem de 8 de março é parte desse contexto. Ao fim e ao cabo, evidencia a importância da data como mais um desses símbolos.

Nalu Faria é coordenadora da Sempreviva Organização Feminista

Território Nacional. Em pelo menos 13 estados as mulheres saíram às ruas.

O que aconteceu neste ano

Em seu dia internacional de luta, movimentos de mulheres promoveram atividades em todo o país.

Em Santarém (PA), as mulheres conseguiram audiência com o prefeito para solicitar a homologação do projeto de lei que cria o Conselho do Direito da Mulher.

Em São Luís (MA), ocorreu a abertura do programa Conquista Feminina, pela Rádio Conquista (comunitária), produzido pelo grupo de mulheres negras "Mãe Andrezza".

No Rio de Janeiro (RJ), quase 2 mil pessoas foram ao centro da cidade para as manifestações. Diferentes movimentos sociais, organizações populares e até representantes da Palestina estenderam faixas, distribuíram panfletos e engrossaram a marcha contra a opressão de gênero.

Em Fortaleza (CE), a Praça do Ferreira recebeu durante todo o dia o acampamento das mulheres do MST, com apresentação teatral e passeata pelo centro e ato político.

Em Aracaju (SE), foi realizada uma marcha pela manhã, que terminou no centro da cidade. Em seguida, foi entregue pauta de reivindicações ao Incra, INSS e Secretaria de Saúde do Estado.

O aumento do Salário Mínimo foi um dos principais temas da manifestação da Marcha Mundial das Mulheres em Mossoró (RN). Houve uma grande passeata pelas ruas da cidade por trabalho, salário digno e contra a violência.

Em São Paulo (SP), a passeata no centro reuniu pelo menos cinco mil mulheres. O ato realizado teve como lema "Não à exploração do nosso trabalho, do nosso corpo, da nossa vida". Ao final, já na Praça da Sé, foi iniciado o acampamento das mulheres trabalhadoras sem terra.

Em vários outros estados, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Amazonas, também aconteceram atividades. Manifestando ou comemorando, as brasileiras se fizeram presentes.

Novos desafios depois da Índia

FSM 2005. Mudanças dependem da reorganização de sua metodologia desde já.

Gustavo Codas

O IV Fórum Social Mundial, realizado no mês de janeiro, em Mumbai, na Índia, conseguiu alcançar muitos de seus objetivos. Teve um caráter massivo, popular, politizado e deu grande destaque às lutas contra todas as exclusões e contra a guerra imperialista, escolhidos como eixos prioritários.

A grande participação de delegações asiáticas e africanas – que não tinha ocorrido em Porto Alegre – confirmou a pujança do amplo movimento contra a guerra e a globalização neoliberal, assim como a estreita vinculação do Fórum com esse processo em uma escala cada vez mais global.

Mas Mumbai confirmou também uma necessidade já sentida no FSM em Porto Alegre 2003. O Fórum não deve ser apenas "reflexo" dos movimentos, um momento de dar visibilidade ao que está sendo feito e proposto, mas deve buscar ser uma "ferramenta" para que os movimentos possam construir sua intervenção no cenário político. Nesse ponto entra o debate sobre as tarefas do FSM para 2005.

Verena Glass/Agência Carta Maior

Dalits. Os marginalizados do sistema indiano de castas em marcha durante o IV FSM.

O cenário de crise

Há uma crise de legitimidade do projeto neoliberal instalada no cenário mundial. As grandes instituições do neoliberalismo – o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio – estão amplamente desacreditadas, e por este motivo têm buscado reciclar seus discursos.

A agressividade do unilateralismo do governo norte-americano tem evidenciado dois fatos. De um lado, sua força militar; de outro, a incapacidade de exercer sua hegemonia através de ações por dentro das instituições multilaterais. Nesse momento, não há força militar no mundo disposta a confrontar os EUA, mas também não há capacidade política por parte do governo Bush de dar legitimidade a suas intervenções militares frente à opinião pública mundial.

A hipótese de uma era de estabilidade política da dominação burguesa sob o programa neoliberal não sobreviveu aos anos 90. Do levante indígena zapatista em 1994, que hoje se desdobra em uma luta por auto-governo das comunidades, à rebelião popular e indígena que derrubou o governo neoliberal boliviano em 2003, têm sido inúmeros os episódios que evidenciam o quadro de instabilidade política que assola a América Latina.

É verdade que continuamos imersos na dura luta de resistência contra as políticas reacionárias que emanam de Washington. A novidade é que estamos justamente no tempo de busca de alternativas concretas – e de estratégias para implementá-las. A crise de legitimidade da "ordem" neoliberal e militarista, num contexto de forte resistência popular, abre espaços para colocar na pauta a disputa de rumos de nossos países e a luta por encerrar o capítulo neoliberal da história mundial, que já se alonga por duas décadas.

As bolas da vez

Para ser uma "ferramenta" de intervenção nesse cenário, o FSM deve avançar em sua metodologia. É nessa tarefa que se debruça o Conselho Internacional (CI) neste momento. Trata-se de fazer com que "o processo FSM" seja um momento chave de diálogo, intercâmbio e busca de convergências entre os movimentos e campanhas sobre temáticas afins. Assim, "o evento" em Porto Alegre 2005 seria apenas um momento desse processo já em curso.

A questão envolve diversos desafios. Quais seriam os temas a serem priorizados? A resposta viria de uma ampla consulta feita a todas as organizações que têm participado do FSM desde 2001. Uma vez sistematizada, seria necessária uma metodologia para um diálogo *virtual* mundial entre redes, campanhas e organizações. É preciso debater sobre como desdobrar cada tema em seus diagnósticos, as propostas alternativas, as estratégias de atuação e os planos de ação para o próximo período.

De fato, esse tipo de diálogo existe hoje *dentro* das redes temáticas. Mas aqui se trata de ampliar o alcance desses debates temáticos para uma escala muito maior, para além das redes *especialistas*, focando em uma perspectiva de convergências em estratégias e planos de ação.

O CI lançará a metodologia para o FSM 2005 no início de abril. De 25 a 30 de julho, no Equador, haverá um primeiro teste parcial dessa metodologia dentro do Fórum Social das Américas. Trata-se de um momento chave para definir o futuro do FSM.

Gustavo Codas é assessor da Secretaria de Relações Internacionais da CUT

Uma história muito mal contada

O Haiti não é aqui. Cobertura da crise ignora movimentos populares e humaniza intervenção americana.

As notícias que nos chegam sobre os conflitos no Haiti não permitem que se compreenda o que se passa por lá. A mídia brasileira, dependente das agências internacionais, se mostra incapaz de contextualizar a situação. Há 18 anos, os personagens principais dessa história são Jean Bertrand Aristide, os movimentos populares e o governo norte-americano. Para entender o conflito atual, é preciso compreender a mudança na correlação de forças entre esses atores.

A derrubada da ditadura dos Duvalier, em 1986, teve como um de seus principais líderes o próprio Aristide, ligado à teologia da libertação. O economista haitiano Camille Chalmers, fundador da Plataforma para Advogar pelo Desenvolvimento Alternativo (PAPDA), destaca a atuação de Aristide naquele momento. "Ele cumpriu um papel de extrema importância, com um discurso nacionalista, anti-corrupção e de renovação da classe política", afirma Chalmers.

Aristide foi eleito para a presidência em 1990, mas seria derrubado por um golpe da direita um ano depois. O novo governo, de Raul Cedrás, instalou uma nova ditadura sangrenta e, em pouco tempo, havia destruído as conquistas populares. Os EUA viram a situação fugir de controle e, com medo de um fluxo migratório dos haitianos, decidiram apoiar a recondução de Aristide ao poder em 1994. Atado às imposições norte-americanas, o presidente implantou um Plano de Ajuste Estrutural, o primeiro sinal da política neoliberal que viria assolar o país.

> Atado às imposições dos EUA, Aristide implantou um Plano de Ajuste Estrutural

As reformas na pauta

As conseqüências negativas do plano o afastaram do movimento popular e dividiram a população haitiana. Segundo Chalmers, Aristide assumiu a agenda de reformas liberais, que só interessava a elite. "A classe burguesa e os comerciantes foram beneficiados pela criação de uma zona franca", diz o economista. Para os camponeses e trabalhadores, Aristide passou de herói a traidor, e o país voltou a assistir ao crescimento desenfreado da corrupção.

O ex-presidente ficou afastado de 1995 a 2000, mas voltou nas eleições seguintes e continuou sua agenda de reformas. A tentativa de acabar com a autonomia universitária em 2002 fez o movimento estudantil e as classes populares capitanearem uma campanha contra o governo. Ao perceber que Aristide caminhava para o isolamento, os EUA resolveram agir à sua maneira.

Os norte-americanos romperam com o presidente, criaram uma nova aliança política com burgueses e comerciantes e decidiram patrocinar o surgimento de "forças rebeldes", na verdade agrupamentos militares da época de Cedrás, comandados por Guy Phillipe. Buscando enfrentar essas forças, os movimentos populares se organizaram na Agrupación Democrático-Popular.

Neste momento

O que vem acontecendo por lá é continuação dessa história. Chalmers explica que os movimentos sociais têm buscado denunciar a presença e o peso da participação estrangeira nas decisões do país. Para ele, não se pode repetir o esquema excludente que há anos alheia as classes populares do poder. "O conselho de anciãos formado para indicar o novo primeiro ministro é composto por sete pessoas. Entre eles não há camponeses nem trabalhadores".

A agricultura, além de mal representada, tem sido diretamente prejudicada pela "ajuda" dos EUA. O país vende ao Haiti produtos agrícolas subsidiados, o que tem derrubado a pequena produção local. Protestos contra a expulsão dos camponeses de suas terras e contra a Zona Franca tem mobilizado os camponeses por lá. Por aqui, continua sendo impossível compreender os conflitos. Para a imprensa brasileira, só existem os pró-Aristide e os pró-norte-americanos. Enquanto isso, fora da dicotomia, o povo haitiano luta por sua história.